

ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos dezessete dias do mês de dezembro, deu-se início, às 8h30, em segunda chamada, à XI Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Marcos Paulo, Martin Sirolli, Suzana do Carmo, João Elton, Sheila Motta Pereira, Luana Bandeira, Alex de Almeida, Bárbara Haynes, Maria do Parto, Patrícia Viríssimo, Cristiane Inoue, além da assessora técnica Cristiane Carneiro e da secretária executiva Simony Valim. A vice-presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e pediu à secretária que procedesse à leitura da ata da última reunião. Ata lida e aprovada. A presidente Silvia Lira passou à apresentação da Revista do CME. O próximo ponto foi o calendário de Reuniões do Conselho Pleno para 2025. Os conselheiros, por unanimidade, aprovaram que as reuniões sejam mantidas toda segunda semana do mês, na terça-feira, com primeira chamada às 8h, começando em fevereiro. Dando prosseguimento à pauta, Mariana passou a palavra ao conselheiro Martin Sirolli. O conselheiro trouxe pautas das Escolas do Campo. Ele ressaltou que é pai de aluno e que trouxe algumas demandas considerando que há diferenças entre as escolas nas ilhas. Martin destacou que pelo menos na escola de seu filho, a Alberto Torres na Gipóia, vê que a Secretaria de Educação dá pouca atenção a essa instituição, com problemas relativos ao parquinho, a árvores que não são podadas de forma adequada, não tem muito espaço para as crianças se entreterem, não há área coberta, o pátio é inseguro devido a uma rampa, há um gerador que está funcionando em local inadequado, não há ventilação na cozinha, falta uma salada na merenda e a qualidade das frutas é questionável. Também falou do tipo de uniforme da zeladora, que não é adequado para o trabalho com crianças. Os conselheiros explicaram que se trata de um EPI, que esse serviço é terceirizado e que não é atribuição da zeladora trabalhar com as crianças. Mariana perguntou se o senhor Martin falou com a diretora da escola, porque ela é a fiscal das questões relativas à merenda. O presidente do CAE, Alcir Campos, veio à reunião, a pedido da presidente do CME, e disse que seu órgão é fiscalizador, faz visitas às escolas e envia relatórios para a SEJIN, mas como presidente não tem gestão sobre essas questões. No entanto resalta, que já visitou a escola citada e informou a situação à Secretaria. O conselheiro Martin afirmou que já conversou com o secretário de infraestrutura, mas que não teve nenhum retorno. Também pontuou que não vê muitos produtos da agricultura familiar. O presidente do CAE esclareceu que o contrato acabou e que está em processo de chamada pública. Destacou ainda que pediu urgência em relação às demandas das escolas das ilhas e poderá fazer novas visitas. Alcir Campos informou que pode o conselheiro Martin ir ao CAE e fazer uma denúncia. Silvia Lira disse que podemos fazer uma visita técnica, com o CAE, à escola no início do próximo ano. Martin continuou sua fala e tratou da questão do Conselho de Escola de sua unidade e do barco, o qual chega muito em cima da hora e a merendeira, por causa disso, não consegue chegar cedo para preparar o desjejum. Uma sugestão é ter um barco para professores e funcionários para eles chegarem mais cedo. Silvia Lira pediu uma pausa de 10 minutos, pois a conselheira Bárbara se acidentou. Após o intervalo, demos continuidade à reunião, com o conselheiro Martin finalizando sua fala. Ele apontou que, segundo a sua visão, a escola é de tempo integral, mas os conteúdos não estão de acordo, faltando aulas de música e atividades físicas. Silvia Lira informou que temos uma matriz de referência e que pode compartilhar com o conselheiro. Martin concluiu relatando que teve dificuldade em ter contato com outras escolas do campo para levantar as demandas, mesmo

procurando os representantes no grupo de WhatsApp. Alex de Almeida pediu a fala e pontuou que a relação com os terceirizados é problemática e que seria interessante ter uma deliberação sobre o Conselho de Escola e uma deliberação específica para a Matriz da Escola de Tempo Integral e da Educação do Campo. Patrícia Viríssimo pediu a palavra e disse que precisamos discutir sim o trabalho com as crianças em tempo integral. Ela ainda afirmou que trocaram opções no cardápio que não são atrativas às crianças da Educação Infantil, e agora não podemos ofertar um doce ou um bolo em momentos de oficinas ou comemorações na creche. Patrícia ainda sugere que a proposta do cardápio poderia ser mudada. A conselheira Luana Graziela afirmou que questões como a inserção de salada na merenda são complexas pensando na rede e que a fiscalização dos barcos será feita, precisam apenas ver algumas questões para realizá-las. Alcir Campos explicou que o cardápio da creche é diferenciado e não pode intervir nele, mas que a direção pode conversar com a nutricionista na SEJIN. Silvia Lira afirmou que essa pauta é importante e que na reunião do pleno em março do ano que vem podemos chamar o CAE e a SEJIN para falar sobre essa questão. Mariana Máximo passou ao próximo ponto da pauta, a apresentação do relatório de gestão financeira do CME, com as despesas de 2024 e a previsão para 2025. Dando prosseguimento, Mariana abordou os informes. Cristiane Carneiro informou que visitamos nove escolas privadas em funcionamento sem autorização do CME para notificá-las e que encaminharemos essas notificações para o Ministério Público. Mariana Máximo informou que notificamos presencialmente a escola denunciada por cobrar em contrato o monitor de educação especial custeado pelos pais e encaminharemos para o MP. Também será encaminhado para o MP ofício sobre acessibilidade das escolas visitadas. Por fim, a vice-presidente falou sobre a nova deliberação acerca da autorização de funcionamento e encerramento de atividades das instituições privadas e comunitárias de Educação Infantil, incluindo o SEI, após a sua publicação, faremos uma reunião com os representantes das Escolas Privadas. Barbara Heynes pediu que no ano que vem seja pauta ter um estreitamento de relação com o estado para tratar de questões de saúde na escola. Patrícia gostaria de deixar como sugestão para a SEJIN que se fale na formação do ano que vem sobre a Lei Lucas. Alex de Almeida deixou o convite de um curso, sobre Política Educacional para servidores, no âmbito do SEPE nos dias 8 e 9 de fevereiro. Sheila Motta ressaltou a importância de ter formação em primeiros socorros para os profissionais da educação. Cristiane Inoue disse que na semana de formação, como foi discutido no Fórum, que uma das pautas seja a Meta 17. Mariana pontuou que na discussão do fórum foi apontado que abordaria todas as metas do PME e que nós apenas podemos sugerir à SEJIN. Cristiane Inoue se colocou à disposição para dar essa formação sobre a Meta 17, nem que seja meia hora para falar dentro de outra formação. Silvia Lira explicou que voltamos em fevereiro e que receberemos a equipe da UTD Altas Habilidades e o senhor Ricardo Dutra virá falar sobre Angra Cidade Inclusiva. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Cristiane Carneiro, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na II Reunião Ordinária do Conselho Pleno de onze de março de dois mil e vinte e cinco.